

“Eu também sou pobre e não escolhi o crime” : o individualismo racista da fragilidade branca.

Juliana Vinuto

Algumas frases clichês são utilizadas para supostamente resolver de maneira simples problemas que são complexos, históricos e estruturais. Um desses chavões é o que intitula este artigo, utilizado usualmente por pessoas que afirmam também terem experienciado uma infância pobre e, ainda assim, não “escolheram” o crime, o que indicaria que pessoas que cometem infrações o fizeram por falta de caráter. A palavra *escolha* tem importância analítica aqui, já que revela um processo de deliberação, na qual há sempre opções colocadas. As pessoas que lançam mão deste argumento analisam sua própria trajetória, observam que tiveram algumas opções de vida e, a partir destas, puderam se distanciar do mundo do crime. Segundo esse argumento, qualquer adolescente pobre, seja branco ou não, terá experiências, desafios e possibilidades semelhantes, o que supostamente revelaria que o crime é uma escolha individual e, portanto, deve ser punido sem atenuantes.

Almejo discutir aqui o conceito de *fragilidade branca* proposto por Robin DiAngelo a fim de pensar como pessoas que utilizam apenas sua própria história de vida para analisar a vida das demais, acabando por des-historicizar contextos de vulnerabilidade, fortalecendo formas racistas de entender a sociedade brasileira.

Oracy Nogueira (2007) já nos alertou sobre a especificidade do racismo brasileiro, que é baseado em um preconceito de marca, ou seja, baseia-se na discriminação relacionada à aparência física dos indivíduos. Nogueira opõe nosso preconceito ao existente nos Estados Unidos, no qual há um preconceito de origem, no qual a descendência dos indivíduos irão posicioná-lo dentro da hierarquia racial. No Brasil, aparência; Nos Estados Unidos, descendência. Nesse sentido, o racismo no Brasil se baseará no colorismo, ou seja, quanto mais traços negroides uma pessoa tiver - como tom escuro de pele, nariz mais largo, dentre outros -, maior discriminação essa pessoa sofrerá.

Acredito que o termo *fragilidade branca*, construído a partir da experiência estadunidense, ainda assim pode nos ajudar a pensar as relações raciais em contextos de colorismo. Em especial, penso que este conceito nos ajudará a entender os pressupostos e efeitos da afirmação “Eu também sou pobre e não escolhi o crime”.

A fragilidade branca

Quando pensamos em racismo, estamos muito mais acostumados a ler trabalhos sobre negritude do que sobre branquitude, apesar do fenômeno do racismo ser relacional e, portanto, ser construído a partir de ambas as dimensões. A branquitude vem sendo estudada desde W. E. B. Du Bois (*The Souls of Black Folk* de 1903 e *Black Reconstruction in America* de 1935) e Franz Fanon (*Peau noire, masques blancs* de 1952), mas foi nos anos 1990 que este campo de estudos ganhou força, sobretudo com a publicação de Theodore W. Allen, *The Invention of the White Race* (o volume 1 publicado em 1994, e o volume 2 em 1997). Em comum, todos os trabalhos almejam discutir como as identidades brancas eram socialmente construídas tanto quanto as demais identidades, apesar da aparência de universalidade e normalidade das primeiras. Nesse sentido, os autores concordam que a branquitude enquanto suposta universalidade emergiu em instituições coloniais e escravocratas, acarretando em muitos privilégios para o povo branco da época, privilégios herdados de alguma forma por seus descendentes até hoje.

Na década de 2000 os estudos sobre branquitude ganham notoriedade no Brasil (CARDOSO, 2014), sobretudo com o trabalho de Edith Piza (*Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu*, de 2000 e *Porta de Vidro: entrada para branquitude*, de 2002), que pensaram racialmente a branquitude brasileira, descrevendo seu papel fundamental para as hierarquias raciais. Se concordamos com a definição proposta por Lourenço Cardoso de que a branquitude é “um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, e materiais palpáveis que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e o do racismo” (CARDOSO, 2011, p.81), poderemos observar que os estudos sobre racismo tem muito a ganhar ao focalizar os efeitos da branquitude nas relações raciais.

Gostaria de discutir neste pequeno texto um conceito que me parece potente para pensar branquitude no Brasil. Robin DiAngelo cunhou o termo *fragilidade branca* (2011) para analisar o comportamento de pessoas brancas quando tem suas ideias sobre racismo confrontadas por outras narrativas, notadamente aquelas construídas por não-brancos. Segundo a autora, muitos brancos nascem e crescem em um ambiente que os isola do debate sobre racismo, nunca tendo a oportunidade de pensar seus privilégios, e conseqüentemente nunca questionando as formas que contribuem para a opressão do povo negro, algumas vezes sem perceber. Mesmo quando residem em bairros pobres, muitos brancos não acessam opiniões de pessoas negras nem narrativas que questionam seu papel na reprodução do racismo. Tal contexto faz com que pessoas brancas sintam-se desajustadas em discussões que debatam a forma estrutural do racismo, ou seja, que discutam os benefícios que qualquer branco obterá em uma sociedade hierarquizada racialmente.

DiAngelo afirma que muitos brancos tem uma postura defensiva de recusa do debate quando se veem obrigados a pensar de forma racializada sobre sua própria vida, usualmente reagindo com negação ou silenciamento. Como se consideram, implícita ou explicitamente, como modelos universais de seres humanos, demonstram inabilidade para ouvir qualquer debate racial que seja centrado sobre o papel do branco na exclusão dos não-brancos, ou seja, quando são convocados a

Seção Treinel

pensar seus privilégios de raça na reprodução da estrutura racista. Segundo DiAngelo (2011, p. 60, tradução livre):

Em outras palavras, as pessoas de cor são quase sempre vistas como “tendo uma raça” e descritas em termos raciais (“o homem negro”), mas os brancos raramente o são (“o homem”), permitindo que brancos se vejam como objetivos e não-racializados. Por sua vez, ser visto (e nos ver) como indivíduos fora de uma dada raça liberta os brancos da carga psíquica da raça em uma sociedade totalmente racializada. A raça e o racismo tornam-se problemas deles (dos negros), não os nossos (dos brancos).

Neste contexto, muitos brancos ficam particularmente incomodados frente à narrativas que destacam seus privilégios no acesso desigual à ascensão social, sobretudo quando se questiona a ideia de meritocracia, tese que permite o conforto de acreditar que tudo o que pessoas brancas conquistaram foi única e exclusivamente próprio esforço, sem questionar o contexto de oportunidades que é disponibilizado para algumas populações em detrimento de outras.

Assim, o ambiente social isolado no qual brancos são protegidos da obrigatoriedade de pensar sobre seu comportamento na reprodução do racismo cria um contexto de conforto e, por sua vez, não os equipa para experimentar discussões sobre racismo, causando um forte estresse quando são obrigados a fazê-lo. Esse estresse acarreta em atitudes que visam cessar o debate, como manifestações de culpa, raiva e medo que visam reestabelecer o conforto racial com o qual eles estão acostumados a viver.

O privilégio branco de não discutir, estudar e entender racismo retira a obrigatoriedade de se posicionar sobre questões raciais e, como consequência, sentem-se inseguros nas raras situações em que são convocados ao debate por pessoas não brancas. Tal situação revela um mecanismo da fragilidade branca para manter seu conforto racial, no qual brancos confundem desconforto com falta de segurança e bloqueiam o debate a partir de algumas posturas específicas, usualmente indicando os demais participantes do debate como agressivos:

A linguagem da violência que muitos brancos usam para descrever empreendimentos anti-racistas não é sem significado, pois é outro exemplo da forma como a Fragilidade Branca distorce e perverte a realidade. Ao empregar termos que conotam abuso físico, brancos citam o clássico discurso que definem pessoas de cor (particularmente afro-americanos) como perigosas e violentas. Este discurso perverte a direção real do perigo que existe entre brancos e não-brancos. A história da brutal, extensa, institucionalizada e contínua violência perpetrada por brancos contra pessoas de cor - escravidão, genocídio, linchamento, chicoteamento, esterilização forçada e experimentação médica, para mencionar alguns - torna-se profundamente banal quando os brancos afirmam que não se sentem seguros ou estão sob ataque quando simplesmente estão em uma rara situação de falar sobre raça com pessoas de cor (DIANGELO, 2011, p. 65, tradução livre).

Quando são desafiados a sair do privilégio de não ser questionado sobre

Seção Treinel

racismo e a ouvirem novas interpretações construídas por não brancos, muitos brancos simplesmente descartam essas novas perspectivas, mesmo quando informadas por dados empíricos. Assim, ao invés de reconhecer que não estão familiarizados com o tema e que precisam pesquisar e ouvir mais sobre o assunto, costumam simplificar a discussão sumarizando com frases como “tudo é questão de esforço individual”, que algumas experiências “também são vivenciadas por brancos pobres”, ou que “há apenas raça humana”. DiAngelo (2006, p. 56, tradução livre) afirma que:

Devido aos fatores discutidos anteriormente, há muito sobre o racismo que os brancos não entendem. No entanto, em nossa arrogância racial, não aceitamos debater o conhecimento das pessoas que viveram, respiraram e estudaram esses problemas por muitos anos. Nos sentimos livres de descartar essas perspectivas informadas ao invés de ter a humildade de reconhecer que não nos são familiares, refletir mais sobre eles ou procurar mais conhecimento. Nós trivializamos a inteligência e a experiência dos outros e as contornamos com trivialidades simplistas que muitas vezes começam com “As pessoas só precisam de...”

Brancos são receptivos ao debate racial apenas quando conseguem identificar indivíduos específicos como racistas, mas dificilmente admitem uma estrutura racista que lhes concedem privilégios, e quando este ponto é colocado em debate, se manifestam para reestabelecer o conforto racial e acabar com a situação de estresse. Tal fragilidade em ouvir narrativas que implicam brancos na reprodução do racismo cria uma demanda por parte destes de serem julgados apenas por suas intenções, e não pelos efeitos de seu comportamento. Por exemplo, quando alguém faz uma piada ou um comentário racista e é questionado, afirma que não foi sua intenção e almeja ser avaliado a partir disso, e não a partir do desconforto que ao comentário causou. Ou quando pessoas afirmam que também foram pobres e não escolheram o crime, sem levar em conta como essa frase desconsidera o peso do racismo na vida de não-brancos, que agrava qualquer situação de opressão. Isto é, brancos acreditam que se não tiverem um objetivo declaradamente racista não podem ser considerados enquanto tal, se desresponsabilizando das consequências de suas afirmações. Talvez por isso, todo mundo conheça um racista, mas ninguém se considere enquanto tal.

O individualismo racista da fragilidade branca.

DiAngelo considera o discurso do individualismo uma das principais barreiras que impedem pessoas brancas, bem intencionadas ou não, de entenderem o racismo. Para a autora, tal discurso é um grupo específico de ideias, palavras e símbolos que cria, comunica, reproduz e reforça a tese de que cada pessoa é um indivíduo único e que associações como raça, classe ou gênero não são relevantes para as oportunidades de ascensão social. Assim, o fracasso não é visto como uma consequência de um sistema, mas como falha individual, desconsiderando a história e as formas em que a riqueza foi distribuída e acumulada ao longo das gerações para beneficiar os brancos até hoje.

DiAngelo lista uma série de dinâmicas que revelam o quanto pensar em termos individuais pode ter consequências racistas, já que reproduz estruturas de

Seção Treinel

poder que beneficiam a população branca em detrimento das outras populações. Assim, o individualismo reproduz o mito da meritocracia, mas apenas quando brancos ocupam posição de poder, já que quando alguém não-branco ocupa tal lugar, há uma queixa de isso ocorreu apenas por erro, interesses escusos, piedade, ações afirmativas, etc. Pensar a meritocracia como um privilégio branco revela um pressuposto de que negros são inerentemente não qualificados para trabalhos que interessam os brancos, ou seja, há uma convicção profundamente internalizada de que as únicas pessoas qualificadas são brancas.

Ademais, pensar em termos individualistas oculta a acumulação de riqueza entre gerações, desconsiderando que muitas famílias enriqueceram com a escravidão, proporcionando heranças a seus descendentes, enquanto que famílias negras herdaram apenas a precariedade que a escravidão causou aos seus antepassados. Nesse sentido, o individualismo só pode se basear no desconhecimento dos padrões de desigualdade que se desenvolvem em diferentes momentos históricos e em diversas partes do mundo. Além disso, o individualismo desconsidera o poder da mídia dominante e da socialização coletiva para moldar nossas perspectivas, como se fosse possível não ser influenciado pelas implacáveis mensagens raciais que recebemos diariamente em filmes, propagandas, livros didáticos, professores, familiares, etc.

Por fim, outro ponto que indica como o discurso individualista pode ser racista é que ao negar o significado que a raça tem para aqueles vistos como racializados, brancos nunca precisam levar em consideração as vantagens que adquiriram por conta de sua branquitude, vantagens que ocorrem mesmo em situações de vulnerabilidade e pobreza. É este o contexto no qual o argumento “eu também sou pobre e não escolhi o crime” pode ser reprodutor de racismo: ao lançar mão de uma experiência pessoal que, a princípio, é conhecida apenas por aquele que fala e, portanto, não pode ser contestada, desconsidera-se a atual estrutura de poder, que foi construída nos últimos séculos, que hierarquiza pessoas por conta de seu suposto pertencimento racial. Quando uma pessoa traz informações sobre o racismo e é contestada com uma experiência pessoal, revela-se um movimento no qual almeja-se desestabilizar a autoridade da pesquisa empírica a fim de proteger as opiniões pessoais. Trata-se de um movimento de recusa do debate que almeja manter brancos confortáveis, protegidos do debate racial, mantendo o privilégio de não se implicar na problemática e reproduzindo a ideia de que todos os pobres terão sempre as mesmas oportunidades, o que é uma grande falácia.

A própria DiAngelo, que é branca e teve uma infância de fortes privações sociais (2006), discute como o privilégio branco a colocou numa situação de vantagem com relação aos seus vizinhos negros, mesmo quando sentia vergonha pela sujeira na qual estava inserida por conta de sua situação de vulnerabilidade social. A autora afirma que (2006, p. 54): “Ao refletir sobre as primeiras mensagens que recebi sobre ser pobre e Branca, agora percebo que minha avó e eu precisávamos de pessoas de cor para nos limpar e nos realinhar à cultura branca dominante, da qual nossa pobreza nos separou”. Assim, tendo a pensar que quando uma pessoa pobre faz esse tipo de afirmação, almeja ressaltar sua própria normalidade a fim de se aproximar de um grupo considerado superior moralmente, mas ao desconsiderar que na pobreza há intersecções de raça que dificultam ainda mais a vida de negros pobres, acabam por fortalecer a estrutura racista de opressão.

Seção Treinel

Enfim, sigo com DiÂngelo ao afirmar que problematizar o privilégio de raça não invalida outras opressões, ou nos torna pessoas piores numa luta entre bandidos e mocinhos. Apenas nos ajuda a encarar de frente o racismo, nos dando ferramentas mais potentes para lidar com suas consequências. Como diz a autora (2006, p. 52):

Para Brancos que experimentam opressão em outras áreas de nossas vidas (como classe, gênero, religião ou orientação sexual), pode ser difícil centrar um local através da qual vivenciamos privilégios. Ao liderar as discussões em cursos de educação multicultural, creio que estudantes brancos muitas vezes resistem à centralização do racismo em suas análises, sentindo que fazê-lo invalida suas opressões. Esses alunos também sentem que essas opressões os tornam "menos" privilegiados racialmente. No entanto, ao invés de diminuir meu privilégio de raça, minha localização de classe oprimida foi uma primeira avenida através da qual eu entendi o que significa ser branco.

Referências

ALLEN, Theodore W. **The invention of the White race, vol. 1.** London and New York: Verso, 1994.

_____. **The invention of the white race, Vol. 2: The origin of racial oppression in Anglo-America.** London and New York: Verso, 1997.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, 2010.

_____. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2014.

DIANGELO, Robin. White fragility. **The International Journal of Critical Pedagogy**, v. 3, n. 3, 2011.

_____. My class didn't trump my race: Using oppression to face privilege. **Multicultural Perspectives**, v. 8, n. 1, p. 51-56, 2006.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **The souls of black folk.** Oxford University Press, 2008.

_____. **Black reconstruction in America: An essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880.** Oxford University Press, 1935.

FANON, Frantz; **Peau noire, masques blancs.** Paris: Editions du Seuil, p. 118-119, 1952.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.

Seção Treinel

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. GUIMARÃES, A. SA; HUNTLEY, L. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, p. 97-126, 2000.

_____. Porta de vidro: entrada para a branquitude. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 59-90, 2002.